

MEMORANDO INTERNO N ° 84/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 26/2020

Interessado: SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 131/2020

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, às fls. 3.592/3.600, sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 86 – **DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL**.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 05 de maio de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 05 / 05 /2021

Setor Jurídico: Adriano Mendes

**ILUSTRÍSSIMO(A) SR.(A) DIRETOR(A) SUPERINTENDENTE DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP.**

Ref.: ao Pregão Eletrônico nº 26/2020


Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos CIOP
RG: 42.187.355-3
05/09/2024

SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.847.630/0001-10, sediada na Estrada Samuel Aizemberg, nº 1100, *Alves Dias, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09.851-550*, telefones: (11) 4122-9800, e-mail: licitacao.sp@somahospitalar.com.br, por intermédio de seu representante legal, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, requerer **“REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO” do item 86 – NAUSICALM B6 INJ 50MG 1ML IM (DIMENID. PIRIDOXINA) U.Q.**, com base na Lei 8.666/93 e na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 37 inc. XXI, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir:

1. BREVE RELATO DO CONTRATO

A empresa Licitante Participou do Processo na modalidade Pregão Eletrônico nº 26/2020, sagrando-se vencedora do item 86 – NAUSICALM B6 INJ 50MG 1ML IM (DIMENID. PIRIDOXINA) U.Q., tendo assinado a Respectiva Ata de Registro de Preço.

Entretanto, o preço do item em questão orçado não mais se compactua com o valor de mercado, uma vez conforme se comprovará na sequência, o valor cotado à época da licitação não supre mais os custos e insumos do contrato.

2. DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Inicialmente importante ressaltar que por se tratar de empresa Distribuidora de Medicamentos (Artigo 4º da Lei N/5991/1973) toda a nossa atuação fica adstrita à regular produção e fornecimento de produto pelos Laboratórios fabricante, e qualquer alteração neste afeta diretamente a **SOMA/SP**, de modo que impede o fiel cumprimento do contrato assumido, para tanto, abaixo relacionamos o produto com seu valor atual de custo e de venda e com o intuito de corroborar nossa solicitação anexamos a

este documento, nota(s) fiscal(is) e/ou documento (s) de aquisição que demonstram o custo do produto.

ITEM	QUANTIDADE CONTRATADA	U.N.	DESCRIÇÃO	CUSTO ANTERIOR	VALOR OFERTADO	MARGEM ANTERIOR (%)	NOVO VALOR PARA AQUISIÇÃO	NOVO VALOR DE VENDA	MARGEM ATUAL (%)
86	11.400	AMP	NAUSICALM 50MG	R\$ 1,06	R\$ 1,32	24,53%	R\$ 1,526	R\$ 1,90	24,53%

Destaca-se que o distúrbio causador da desestabilização do mercado de medicamentos refere-se única e exclusivamente a uma das maiores pandemias do presente século e que conforme será verificado está causando prejuízos em diversos contratos jurídicos.

É de notório conhecimento que, em razão da PANDEMIA do vírus SARS-CoV-2 ("coronavírus"), causador da doença COVID-19, as Autoridades Públicas de diversos países foram obrigadas a tomar uma série de medidas que restringem a circulação de pessoas, bem como estabeleceram a suspensão de inúmeras atividades econômicas.

Destarte que, não era **previsível** no ato das negociações do respectivo pregão se antever aos impactos gerados com a Pandemia do Covid-19, sendo esta decorrente desde o início do ano 2020. No mais, estamos presenciando além de momentos difíceis e a falta de muitos medicamentos, um bruto aumento do dólar e por consequência o aumento das matérias primas, insumos dos medicamentos, sendo importante ressaltar que cerca de 70% (setenta por cento) desses insumos são originários do continente Asiático, em especial aos Países da China e Índia, conforme segue algumas comprovações noticiadas:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtm;>

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/governo-decreta-estado-de-emergencia-por-cao-de-surto-do-coronavirus.shtml;>

[https://www.cartacapital.com.br/economia/sob-impacto-da-pandemia-do-coronavirus-bolsa-fecha-em-baixa-e-dolar-sobe/;](https://www.cartacapital.com.br/economia/sob-impacto-da-pandemia-do-coronavirus-bolsa-fecha-em-baixa-e-dolar-sobe/)

<https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/03/18/dolarfechamento-coronavirus-circuit-breaker.htm?cmpid=copiaecola;>

<https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/05/18/dolar-bolsa-operacao.htm;>

<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/08/04/por-que-o-dolar-continua-acima-de-r-5-mesmo-quando-se-enfraquece-no-mundo.html>;

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/03/dolar-comercial-fecha-em-alta-r-5314.htm>;

<https://www.cdpiharma.com.br/post/produ%C3%A7%C3%A3o-de-medicamentos-no-brasil-%C3%A9-prejudicada-com-bloqueio-de-exporta%C3%A7%C3%B5es-da-%C3%ADndia>.

Evidentemente que grande parte da população e muitos negócios jurídicos foram afetados, obrigando, inclusive, o decreto pelo Governo Federal de **ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Portanto os efeitos imprevisíveis da pandemia sobre as relações jurídicas devem ser considerados, uma vez que perfeitamente enquadrados como **FATO SUPERVENIENTE e de FORÇA MAIOR**.

Não é a simples eventualidade da pandemia que qualifica as partes a rever um acordo ou contrato. As provas do impacto/prejuízo/impossibilidade no adimplemento são essenciais ao andamento do feito.

No presente caso, tais medidas impactaram diretamente nos contratos que a empresa possui perante a Administração Pública, sendo que a mesma atua como Distribuidora de Medicamentos, que diante de todo ocorrido foi obrigada a solicitar o Reequilíbrio Econômico Financeiro dos Contratos em diversos órgãos e municípios em face dos aumentos excessivos nos preços dos medicamentos.

Ademais, os custos dos insumos sofrerão abrupta elevação em função da crise, conforme pode-se averiguar nas *notas fiscais nº 398823 e nº 226079 (recebida no centro de distribuição SOMA/MG)*.

Portanto, não se trata de variação simples ou previsível de valor de mercado, mas de elevação extraordinária de preço do medicamento.

Tais fatos, impactaram diretamente na continuidade do presente contrato, causando uma **ONEROSIDADE EXCESSIVA** e insustentável para a empresa licitante.

Este fato impede a continuidade do contrato nos preços originariamente propostos, e tratam-se de reflexos imprevisíveis na época da elaboração das propostas nos respectivos pregões.

É completamente temerário manter a continuidade do contrato, sem que a equação econômico-financeira prevaleça, dando espaço a preços irrisórios e insuficientes a manter as despesas mínimas da empresa contratada. Estamos diante de um necessário **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**.

3. DO DIREITO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

A doutrina de Joel de Menezes Niebuhr é bastante percuciente ao analisar a revisão dos contratos administrativos, e muito tem a contribuir com o ora esposado, vejamos:

A revisão é o instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da variação de custo decorrente, em linhas gerais, de eventos imprevisíveis ou de consequências imprevisíveis. (...) A Administração não reúne forças para compelir terceiros a operarem em prejuízo ou sem lucro. Então, deve-se proceder à revisão do contrato se as condições da época da proposta são alteradas, (...)."(In Licitação Pública e Contratos Administrativos, 2ª ed., pg. 895).

Nesse mesmo sentido é a lição de Marçal Justen Filho:

O rompimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação tanto poderá derivar de fatos imputáveis à Administração como de eventos a ela estranhos. (...) Assim, a crise econômica poderá produzir uma extraordinária elevação de preço de determinados insumos; uma greve poderá acarretar a impossibilidade de fabricação dos produtos; uma crise internacional poderá provocar elevação extraordinária dos preços dos combustíveis etc." (...) "No Brasil, art-65, II, 'd', da Lei nº 8.666/93, ampliou a abrangência da teoria da imprevisão para nela fazer incluir os fatos de consequências incalculáveis, o que compreende em especial a desvalorização monetária produzida pela inflação. A inflação pode ser um fato previsível, mas autorizará a incidência da teoria da imprevisão quando os índices inflacionários não puderem ser estimados de antemão e apresentarem variação que ultrapassa os limites das previsões generalizadas". (Comentários à Lei-Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, pág. 891/892 e 894).

A ideia de equilíbrio significa que em um contrato administrativo os encargos do contratado devem equivaler ao que é pago pela Administração Pública. Por isso se fala na existência de uma equação: a equação econômico-financeira.

Trata-se de um direito com expressa previsão e proteção constitucional. Confira-se o texto do inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI. ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

E para regulamentar referida tutela constitucional, a Lei de Licitações tratou de prever:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Trata-se de álea extraordinária a ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro da avença.

Portanto, diante da evidência de desequilíbrio na equação entre despesas e receitas, outra não pode ser a conduta da Contratante se não a de revisar o contrato, a fim de que a Requerente tenha condições de dar continuidade ao fornecimento com base nos princípios do equilíbrio econômico financeiro, da boa-fé e segurança jurídica.

4. DOS PEDIDOS

ISSO POSTO, requer-se

- a) A revisão do contrato para que seja implementado o reequilíbrio econômico financeiro, passando o preço anteriormente registrado do item **348 – NAUSICALM B6 INJ 50MG 1ML IM (DIMENID. PIRIDOXINA) U.Q.** de **RS 1,32** para **RS 1,90**, conforme planilha e provas em anexo;
- b) Caso assim não entenda, requer a liberação do compromisso, liberando a empresa do fornecimento do item, sem a aplicação de qualquer penalidade.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

São Bernardo do Campo/SP, 30 de abril de 2021.



Ricardo Vieira Cassiano
GERENTE COMERCIAL
RG. nº 23.752.322-X SSP/SP



DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

Cód.	Descrição dos Produtos / Serviços	NCM-SH	CST	CFOP	Un	Qtidade	Vir. Unitario	Vir. Total	BC.ICMS	Vir. ICMS	Vir. IPI	IPI	ICMS
	Lote: 1040819 31/03/2022 Fabr.: 04/03/2020 Cod.Fabr.: 2664 Reg. MS: 1097400460023 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Aprox R\$: 20.66.Federal e 18.43 Estadual.Fonte:IBPT												
57399	AZITROMICINA 500MG CP (G) PHARMASCIENCE Lote: 219-008-20 30/10/2022 Fabr.: 01/10/2020 Cod.Fabr.: 57399 Reg. MS: 1171700700030 Cod.EAN13: Tob. Aprox R\$: 184.07.Federal e 96.62 Estadual.Fonte:IBPT	30042029	200	2102	CP	600	1,34200	805,20	805,20	32,21	0,00	0	4,00
3885	CARBAMAZEPINA 2% SUSP 100ML (G) SANVAL PORT Lote: 344/98 (C1) Lote: AY750 30/09/2022 Fabr.: 19/10/2020 Cod.Fabr.: 3885 Reg. MS: 1071402520089 Cod.EAN13: Tob. Aprox R\$: 2.278.43.Federal e 0.00 Estadual.Fonte:IBPT	30049069	000	2102	FRC	2.000	8,47000	16.940,00	16.940,00	2.032,80	0,00	0	12,00
2904	DEXAMETASONA 2MG AMP 1ML (G) FARMACE Lote: DE20H015 31/08/2022 Fabr.: 13/10/2020 Cod.Fabr.: 07040010 Reg. MS: 1108500320028 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Aprox R\$: 632.53.Federal e 568.80 Estadual.Fonte:IBPT	30043999	000	2102	AMP	6.000	0,79000	4.740,00	4.740,00	568,80	0,00	0	12,00
4111	ENDROSTAN 70MG CP (ALENDRONATO SODIO) CELLERA Lote: 00025614 11/02/2023 Fabr.: 11/02/2021 Cod.Fabr.: 4112 Reg. MS: 1044001570030 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Aprox R\$: 4.438.30.Federal e 3.960.00 Estadual.Fonte:IBPT	30049059	000	2102	CP	200.000	0,16500	33.000,00	33.000,00	3.960,00	0,00	0	12,00
4049	CLINDAMICINA 300MG CAPS (G) U. Q Lote: 2100467 31/01/2023 Fabr.: 23/01/2021 Cod.Fabr.: 4049 Reg. MS: 1049713320018 Cod.EAN13: 7896006225744 Tob. Aprox R\$: 778.81.Federal e 694.81 Estadual.Fonte:IBPT	30042049	000	2102	CPS	5.600	1,03400	5.790,40	5.790,40	694,85	0,00	0	12,00
2527	VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML 100ML (G) HIPOLABOR PORT 344/98 (C1) Lote: 1120/20 31/08/2022 Fabr.: 25/09/2020 Cod.Fabr.: 10030028 Reg. MS: 1134301420048 Cod.EAN13: 7898470682085 Tob. Aprox R\$: 1.578.49.Federal e 0.00 Estadual.Fonte:IBPT	30039079	000	2102	FRC	4.000	2,93400	11.736,00	11.736,00	1.408,32	0,00	0	12,00
2416	EPILENIL 250MG CAPS (ACIDO VALPROICO) BIOLAB PORT 344/98 (C1) Lote: 1054248 31/07/2022 Fabr.: 31/07/2020 Cod.Fabr.: 2664 Reg. MS: 1097400460023 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Aprox R\$: 6.46.Federal e 5.76 Estadual.Fonte:IBPT	30049099	000	2102	CPS	250	0,19200	48,00	48,00	5,76	0,00	0	12,00
2416	EPILENIL 250MG CAPS (ACIDO VALPROICO) BIOLAB PORT 344/98 (C1) Lote: 1055118 31/08/2022 Fabr.: 17/08/2020 Cod.Fabr.: 2664 Reg. MS: 1097400460023 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Aprox R\$: 216.92.Federal e 193.54 Estadual.Fonte:IBPT	30049099	000	2102	CPS	8.400	0,19200	1.612,80	1.612,80	193,54	0,00	0	12,00
2792	PREDNISONA 5MG CP (G) SANVAL Lote: AY561 31/08/2022 Fabr.: 10/09/2020 Cod.Fabr.: 20202.0001 Reg. MS: 1071402370044 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Aprox R\$: 4.438.50.Federal e 3.960.00 Estadual.Fonte:IBPT	30043290	000	2102	CP	600.000	0,05500	33.000,00	33.000,00	3.960,00	0,00	0	12,00
43605	PARACETAMOL+ CODEINA 500+30MG CP (G) GEOLAB PORT 344/98 (A2) Lote: 2017884 31/01/2023 Fabr.: 20/01/2021 Cod.Fabr.: 43605 Reg. MS: 1542302010079 Cod.EAN13: 7899095217652 Decr: 21 Tob. Aprox R\$: 1.323.54.Federal e 688.83 Estadual.Fonte:IBPT	30049045	020	2102	CP	31.200	0,31540	9.840,48	8.866,27	1.063,95	0,00	0	12,00
53430	OLEO MINERAL 100% FR 100ML FARMAX. Lote: 0000000012 21/03/2024 Fabr.: 22/03/2021 Cod.Fabr.: 30001485 Reg. MS: NOTIFICADO Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Aprox R\$: 4.093.10.Federal e 3.651.84 Estadual.Fonte:IBPT	30049099	000	2102	FRC	19.200	1,58500	30.432,00	30.432,00	3.651,84	0,00	0	12,00
5	NAUSICALM B6 INJ 50MG 1ML IM (DIMENID. PIRIDOXINA) U. Q. Lote: 2039488 31/10/2022 Fabr.: 16/10/2020 Cod.Fabr.: 57635 Reg. MS: 1049711280027 Cod.EAN13: 7896006272717 Tob. Aprox R\$: 820.99.Federal e 732.48 Estadual.Fonte:IBPT	30045090	000	2102	AMP	4.000	1,52600	6.104,00	6.104,00	732,48	0,00	0	12,00

ESPELHO DA DANFE

Página 1 de 1



Estrada Samuel Aizemberg, 1100 - Alives Dias - 09.851-550
 São Bernardo do Campo - SP Fone/Fax: (11) 4122-9800
 CNPJ: 05.847.630/0001-10 Insc. Est.: 635.487.579.110
 Insc. Estadual Sub. Tributário:

DANFE
 Documento Auxiliar de
 Nota Fiscal Eletrônica
 1-Saída
 2-Entrada **2**
 No. 398823
 Série 1



Chave de Acesso

3120.0260.6659.8100.0975.5500.1000.3988.2311.7742.5682

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

Natureza Operação:
 compra para comercialização

Protocolo de autorização de uso

DESTINATÁRIO / REMETENTE

Razão Social	UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A			CNPJ / CPF	60.665.981/0009-75	Data Emissão	22/02/2020
Endereço	ROD FERNAO DIAS - BR 381	S/N	PARTE 2KM 862	Bairro Distrito	DISTRITO INDUSTRIAL	CEP	37.556-830
Município	POUSO ALEGRE	Fone/Fax	011 5586-2000	UF	MG	Inscrição Estadual	525775526.03-75
						Hora de Entrada/Saída	

FATURA / DUPLICATA

04/04/2020	18/04/2020	02/05/2020							
6.171,26	6.171,26	6.358,28							

DADOS DO PEDIDO

Número	222501	Empenho:		Vendedor:		DADOS BANCÁRIOS	
						Deposito Conta	

CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do ICMS	17.302,92	Valor do ICMS	2.076,35	Base de Cálculo do ICMS Substituição	0,00	Valor do ICMS Substituição	0,00	Valor Total dos Produtos	18.700,80
Valor do Frete	0,00	Valor do Seguro		Valor do Desconto	0,00	Outras Despesas Acessórias	0,00	Valor do IPI	0,00
						Valor aprox de Tributos	0,00	Valor Total da Nota	18.700,80

TRANSPORTADOR VOLUMES TRANSPORTADOS

Razão Social	EST SAMUEL AIZEMBERG			Frete por Conta	0-Remetente (CIF)	Código ANTT	Placa do Veículo	UF:	CNPJ / CPF
Endereço	ROD FERNAO DIAS - BR 381			Município	SAO BERNARDO DO CAMPO	UF:	SP	Inscrição Estadual	635.487.579.110
Quantidade / Volumes	17	Espécie		Marca		Número		Peso Bruto (Kg)	55.300
						Peso Líquido (Kg)		Cubagem Total	

ENDEREÇO DE ENTREGA

Endereço	ROD FERNAO DIAS - BR 381	S/N	PARTE 2KM 862	Bairro Distrito	DISTRITO INDUSTRIAL	CEP	37.556-830
Município	POUSO ALEGRE	UF:	MG				

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

Cód.	Descrição dos Produtos / Serviços	NCM-SH	CST	CFOP	Un	Qtde	Vlr. Unitário	Vlr. Total	BC ICMS	Vlr. ICMS	Vlr. IPI	IPI	ICMS
2735	NAUSICALM B6 INJ 50MG 1ML IM (DIMENID, PIRIDOXINA) U.Q. Lote: 2002439 31/01/2022 Fabr.: 23/01/2020 Cod.Fabr.: 2735 Reg. MS: 1049711280027 Cod.EAN13: 7896006272717 Decr: 21	30045090	020	2102	AMP	2.000	1,06000	2.120,00	1.910,12	229,21	0,00	0	12,00
1882	NORMASTIG 0,5MG AMP 1ML (NEOSTIGMINA) U.Q. Lote: 2000312 31/01/2022 Fabr.: 03/01/2020 Cod.Fabr.: 1882 Reg. MS: 1049714060044 Cod.EAN13: 7896241237557	30049049	000	2102	AMP	7.000	0,65440	4.580,80	4.580,80	549,70	0,00	0	12,00
48054	UNI HIOSCIN 10MG CP (ESCOPOLAMINA) U.Q. Lote: 2001569 31/01/2022 Fabr.: 08/01/2020 Cod.Fabr.: 48054 Reg. MS: 1049712310019 Cod.EAN13: 789600638706 Decr: 21	30049069	020	2102	CP	30.000	0,40000	12.000,00	10.812,00	1.297,44	0,00	0	12,00

Base de calculo com dedução de PIS e COFINS conf. Convenio 34/2006. Venda sujeita a alíquota diferenciada, conforme lei 10.147/2000. CASO NECESSITE DO CERTIFICADO DE ANÁLISE, SOLICITAR POR EMAIL. CERTIFICADO@UNIAOQUIMICA.COM.BR. OC 222501. Ordem de venda. 0005342023. Remessa. 0082048488. Documento de transporte. 0010029941.

DADOS ADICIONAIS

Informações complementares

Decretos: 7. CONVENIO ICMS 34/2006 (ALÍQUOTA 12%)

Reservado ao Fisco



3614
g

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: SOMA/SP HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL E ALTERNATIVAMENTE O SEU CANCELAMENTO

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro referente ao item 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19, e alternativamente solicita o seu cancelamento,

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço do item 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML, registrado na ata do Pregão Eletrônico nº 23/2020 de R\$ 1,32 para R\$ 1,90 e juntou documentos em fls. 3.598/ 3.600(notas fiscais).

3. Os documentos analisados são solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 86 - DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML, recebido/protocolado em 05/05/2021, bem como os documentos de fls. 3.598/ 3.600(notas fiscais).

4. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

5. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

6. A empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do item 86 – DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um aumento desproporcional do preço junto ao seu fornecedor.

7. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 3.598/ 3.600 (notas fiscais).

8. Eis a síntese do acostado às fls. 3.592/3.600.

9. O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

10. Inicialmente faz necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação no qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo prazo registrado, no caso de 06 (seis) meses.

11. Deste modo há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

12. Desta forma, a recomposição dos valores neste registrado somente poderá ser realizada de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

13. Está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

14. Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a **inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços**. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também **reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços**, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de **reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços**, e **tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata**' (v.g. TC-002541/003/11). **Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços**". De fato, mostra-se **materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços**, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

15. Conjugando o a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que em matéria de Ata de Registro de Preço a Administração fica proibida em realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Assim como para cancelar os itens é necessário demonstrar de modo acentuado fato do príncipe; fato da Administração; fato superveniente imprevisível; ou, fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

16. Deve o Requerente juntar documentação que ateste a situação de forma incontestável, constituindo em um fato com consequências incalculáveis, que não eram passíveis de previsão pelo gestor médio quando da vinculação contratual, também devendo ocasionar um rompimento severo do equilíbrio econômico-financeiro, não bastando que o contrato se torne oneroso a uma das partes.

17. Como o processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instaurada globalmente e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, a liberação da ata necessita de uma justificativa extremamente fundamentada.

18. Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA. Também pela impossibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de registro de preço conforme decisão suso exposta do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

19. É necessária uma razão factual e não um desabastecimento de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas.

20. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

21. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

22. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

23. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

24. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

25. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 07 de maio de 2021.

Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 90/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 26/2020 – Ata nº 131/2020

Interessado: Soma/SP Produtos Hospitalares LTDA.

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.614/3.620, que opinou pelo indeferimento do pedido de realinhamento de preço do item nº86 (DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL), em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato justificável.

Presidente Prudente, 10 de maio de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 26/2020 – Ata nº 131/2020

Interessado: Soma/SP Produtos Hospitalares LTDA.

Trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do item 86 (DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL), registrado na Ata de Registro de Preços nº 131/2020, alegando, em síntese, o aumento do preço dos produtos.

O Setor Jurídico às fls. 3.614/3.620, opinou pelo indeferimento do pedido de realinhamento de preço, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº **05.847.630/0001-10**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 10 de maio de 2021



CLÁUDIO DENNER MONTEIRO
Diretor Executivo em Substituição-CIOP



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

3637
g

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: Pedido de Realinhamento de Preço de Item. ARP nº 131/2020. Pregão Eletrônico nº 26/2020. Interessada: **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ nº 05.847.630/0001-10.** Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de realinhamento de preço do item 86 (DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL), conforme fundamento acostado nos autos. Cláudio Denner Monteiro - Diretor Executivo do CIOP em Substituição. Pres. Prudente, 10 de maio de 2021.

